

O Ibmeec endossa Gudín; o País faliu, na prática

Da sucursal do
RIO

O vice-presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), economista Roberto Castello Branco, disse que chegou a hora de se reconhecer que, na prática, o Brasil está falido financeiramente: "Assim, compreendo a manifestação nesse sentido feita pelo ex-ministro Eugênio Gudín".

País falido, contudo, não significa em situação de declarar moratória a seus credores de forma unilateral, esclareceu Castello Branco, acrescentando que assim deve ser compreendido o pensamento do ex-ministro Gudín, pois admitir o contrário seria contradizer a linha de pensamento dele, bastante conhecida a respeito.

A situação de falência financeira, segundo o vice-presidente do IBMEC, exige que o governo brasileiro elabore um programa econômico convincente e coerente, a fim de readquirir a confiança dos credores externos e, internamente, a credibilidade dos agentes financeiros. Aquele programa, esclareceu Castello Branco, constitui um dos requisitos considerados fundamentais pelos bancos credores, como ficou explícito pelas opiniões manifestadas pelo grupo de economistas do comitê assessor daqueles bancos, que esteve no Brasil há duas semanas recolhendo informações sobre o desempenho da economia do País.

Para o vice-presidente do IBMEC, a comunidade financeira internacional compreende que o problema brasileiro requer tempo para ser resolvido. E por isso os bancos credores admitem a hipótese de um processo de renegociação da dívida externa capaz de permitir, por exemplo, que uma parte dos juros seja transformada em empréstimo de longo prazo.

Segundo assinalou Castello Branco, o Brasil já declarou tecnicamente "sua moratória em dezembro do ano passado, quando propôs aos bancos credores um esquema de refinanciamento da dívida, por meio de quatro projetos. A declaração unilateral, contudo, é fora de propósito, pois importaria de imediato a suspensão de todos os pagamentos no Exterior.

Para restabelecer a confiança externa no programa econômico do governo, Castello Branco entende como indispensável a formulação de uma política interna centrada na redução dos gastos públicos e na reorientação deles para setores socialmente mais importantes, por serem de grande capacidade de absorção de mão-de-obra. Explicando a proposta, disse que o governo poderia isentar de encargos sociais, a título de incentivo, empresas do ramo da construção civil, desde que contratassem mais empregados, o que, em outro sentido, suavizaria o ajustamento de outras áreas prejudicadas pelos cortes governamentais.